

## **POR UMA AGENDA PACTUADA PARA O FORTALECIMENTO DA ENFERMAGEM BRASILEIRA**

Em fevereiro de 2003, preocupados com a formação e a prática da enfermagem e considerando a emergência do Ato Médico – Projeto de Lei 25/2002 –, bem como com a organização política da enfermagem no Estado de Minas Gerais, a Escola de Enfermagem da UFMG, a Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Minas Gerais –, o Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais, o Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Minas Gerais e a Executiva Nacional de Estudantes de Enfermagem, representada pelo Diretório Marina Andrade Resende, da Escola de Enfermagem da UFMG, resolveram criar o *Fórum Mineiro de Enfermagem*. O Fórum viria a se constituir como um espaço de articulação que integraria entidades e instituições de enfermagem (ensino, associações científico-culturais, sindicatos, conselho profissional e entidades estudantis) na perspectiva da construção de uma agenda política comum e tendo como referência a valorização, a regulação e a promoção da enfermagem em Minas Gerais. Uma das estratégias levantadas seria a realização de uma pesquisa que deveria se guiar por três eixos básicos: formação profissional, mercado de trabalho e políticas e práticas em saúde e enfermagem.

Coordenada pela Prof<sup>a</sup> Roseni Rosângela de Sena, foi realizada uma Oficina, em outubro de 2004, para a construção do projeto da pesquisa. A oficina procurou traçar as bases para se analisar a enfermagem no Estado de Minas Gerais. Em linhas gerais, foram levantados os conceitos que guiarão a investigação: saúde e educação; direito de todos e dever do Estado; enfermagem como parceira na construção do SUS; integralidade, equidade, universalidade e qualidade como princípios orientadores para o novo modelo tecno-assistencial; defesa da expansão dos espaços públicos; o trabalho em saúde como ação coletiva e a valorização e reconhecimento social da enfermagem.

Como desafios para o desenvolvimento da enfermagem foram levantadas questões em cada um dos eixos. Na área da educação constituíram prioridades o estabelecimento de estratégias políticas para influenciar a formulação de políticas de educação em saúde e em enfermagem em todos os níveis e a necessidade de identificar mecanismos para monitorar a qualidade da formação dos profissionais. Em relação ao eixo mercado de trabalho, foram levantadas algumas questões para reflexão, tais como: situação do mercado de trabalho para a enfermagem com a entrada dos novos profissionais que, atualmente, estão matriculados nas inúmeras escolas recém-criadas, em termos de qualidade, quantidade, remuneração e valorização profissional; o poder da equipe de enfermagem nas organizações; e a necessidade de identificar mecanismos que possam contribuir para a qualidade da prática profissional. No eixo políticas e práticas, pensou-se na necessidade de se conhecer o contexto/espaço/situação no qual a enfermagem exerce sua prática e identificar suas fortalezas e fragilidades, as “boas práticas” (práticas que favorecem a qualidade da assistência ao usuário), o que elas têm em comum e como desenvolvê-las. Enfatizou-se, ainda, a necessidade de a enfermagem apropriar-se das políticas públicas de saúde de modo a não reproduzi-las acriticamente.

Enfim, o objetivo foi o fortalecer a organização interna da enfermagem para fazer frente às demandas e necessidades de defesa e desenvolvimento da enfermagem diante do novo contexto da saúde e do mercado, marcado pela explosão desenfreada e indiscriminada de cursos/escolas, e da repercussão disso na prática da enfermagem, na sua inscrição nas políticas de saúde, enfim, na sociedade.

Infelizmente, a proposta não avançou por uma série de problemas, e um deles foi decisivo: a denúncia, feita pelo Ministério Público Federal/Procuradoria-Geral da República, em 28/1/2005, contra quadrilha no Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Segundo nota divulgada pela Assessoria de Comunicação do Ministério Público, 49 pessoas ligadas ao Conselho Federal de Enfermagem estavam envolvidas em crimes de peculato e de formação de quadrilha e o presidente do COFEN respondia pelo crime de licitação, escuta clandestina, lavagem de dinheiro, advocacia administrativa e falsidade ideológica. Em fevereiro de 2005, o Fórum convocou uma assembléia para discutir o assunto, mas contradições apareceram e o Fórum acabou por não mais se reunir, dissolvendo-se no momento mais grave e mais conturbado da história da enfermagem brasileira.

Passados dois anos, a proposta de construção de uma agenda coletiva da enfermagem brasileira

continua mais do que atual, é urgente, e o quadro político e da prática cada vez mais se complexifica, exigindo novas formas de relações e enfrentamentos. É preciso trabalhar articuladamente, em rede colaborativa e solidária, para enfrentar os desafios que estão colocados no campo da educação, da pesquisa e da prática profissional. Um exemplo de sucesso de novas formas de trabalhar e de se relacionar está na construção, desenvolvimento e operação da BVS Enfermagem e também no Fórum de Editores de Revistas de Enfermagem, espaços colaborativos que têm permitido o avanço considerável das revistas, tanto em termos de qualidade, medida pela indexação em bases estratégicas, como pela SciELO e a ISI, e, ainda, a criação do Portal de Revista de Enfermagem – texto completo metodologia SciELO –, o qual permitirá amplificar a difusão da produção científica da enfermagem brasileira.

Assim, somente após a definição dos objetivos comuns, das estratégias a serem implementadas e de uma matriz de responsabilidades entre as diferentes instituições, entidades e órgãos que integram a comunidade de enfermagem é que poderemos construir um cenário melhor do que aquele se avizinha.

Prof. Francisco Carlos Félix Lana  
Editor Geral da Revista Mineira de Enfermagem